



DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		57.908.133,44	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		718.531.431.000,00	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + III b)		57.908.133,44	0,008059
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		89.069.156,19	0,012396
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		84.615.698,38	0,011776
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		80.162.240,57	0,011156

FONTE: Sistema SIAFI, SEACONTOFIN/RETO, 19/mai/2017, 15h e 05m
 *Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento serão excluídos.

- Notas:
 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
 2. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 416, publicada no D.O.U de 19 de maio de 2017.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 137, DE 29 DE MAIO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

- Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;
 Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2016 A ABRIL/2017
 RGF-ANEXO I (LRF, Art.55, Inciso I, Alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES S ADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.592.613.957,04	127.322,80	1.592.741.279,84
Pessoal Ativo	1.038.863.695,14	127.322,80	1.038.991.017,94
Pessoal Inativo e Pensionistas	553.750.261,90	0,00	553.750.261,90
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, §1º, da LRF)	0,00	0,00	0,00
(c) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) (II)	413.237.294,02	0,00	413.237.294,02
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.293.730,27	0,00	1.293.730,27
Decorrentes de Decisão Judicial	603.009,40	0,00	603.009,40
Despesas de Exercícios Anteriores	22.280.613,54	0,00	22.280.613,54
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	389.059.940,81	0,00	389.059.940,81
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	1.179.376.663,02	127.322,80	1.179.503.985,82
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00		
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) * 100	0,164137%	0,000018%	0,164155%
LIMITE MÁXIMO (inc . I, II e III, art.20 da LRF)	0,294541%		0,294541%
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF)	0,279814%		0,279814%
LIMITE DE ALERTA (inc. II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,265087%		0,265087%

FONTE: SIAFI - DICOP/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 22/05/2017 - 15:40h

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.
 2) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 21.405.320,34.
 3) Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 43.080.205,78.
 4) Despesa com Precatórios da Administração Direta executada por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 52.759.950,54.
 5) No período de maio/2016 a abril/2017, houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados (conta contábil 631980000), nas seguintes ações: 0181- Pagamento de Aposentadorias e Pensões (R\$ 901,55), 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações (R\$ 780.608,42) e 20TP-Pagamento de Pessoal Ativo da União (R\$ 5.003,59).

Des. FERNANDO ANTONIO ZORZENON DA SILVA
 Presidente do Tribunal

FLÁVIO PIRES FERREIRA CLEMENTINO
 Diretor-Geral

SÉRGIO HONORATO DOS SANTOS
 Diretor da Secretaria de Controle Interno

MARIA DE LOURDES PIRES BITTENCOURT
 Diretora da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012017053000278

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA Nº 214, DE 26 DE MAIO DE 2017

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça do Trabalho da Terceira Região, do 1º quadrimestre de 2017, em anexo, nos termos do inciso III e parágrafo único do art. 54 e do § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Des. JÚLIO BERNARDO DO CARMO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2016 A ABRIL/2017
 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (b)	Total (c) = (a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.462.625.433,68	970.217,72	1.463.595.651,40
Pessoal Ativo	998.883.574,66	190.256,10	999.073.830,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	463.741.859,02	779.961,62	464.521.820,64
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º LRF)	0,00	0,00	0,00
D DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	394.273.316,03	812.566,36	395.085.882,39
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	140.001,48	0,00	140.001,48
Despesas de Exercícios Anteriores	14.530.662,88	715.631,80	15.246.294,68
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	379.602.651,67	96.934,56	379.699.586,23
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III=(I-II)	1.068.352.117,65	157.651,36	1.068.509.769,01
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	718.531.431.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL-DTP sobre a RCL(V)=(III c / IV) x 100	0,148686%	0,000022%	0,148707%
LIMITE MÁXIMO (art. 20, incisos I, II e III da LRF) - <=>	0,304548 %		2.188.273.102,48
LIMITE PRUDENCIAL (art. 22, parágrafo único da LRF) - <=>	0,289321 %		2.078.859.447,36
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, inciso II da LRF) - <=>	0,274093 %		1.969.445.792,23

FONTE: Tesouro Gerencial SIAFI - DOF/SEPEOC/TRT3 - 22/MAI/2017 - 17h e 41m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.
 2) Despesas com precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R\$ 3.525.991,77. Inscrição em restos a pagar não processados em liquidação: R\$ 1.787.832,00.
 3) Despesas com requisições de pequeno valor (RPV), executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada de R\$ 10.502.262,30. Não houve inscrição em restos a pagar.
 4) Despesas com precatórios da Administração Indireta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada de R\$ 13.392.670,66. Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em Liquidação de R\$ 843.203,74.

Des. JÚLIO BERNARDO DO CARMO
 Presidente do Tribunal

JOSÉ NACIP COELHO
 Assessor de Ordenação de Despesas

LUCIANA CORREA CRUZ HAHNE
 Diretora de Orçamento e Finanças, em exercício

ANA RITA GONÇALVES LARA
 Secretária de Controle Interno

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.